

O Café nos Livros

ARAGUAYA F. MARTINS

Café nos Livros rende neste número sua homenagem ao historiador Afonso d'Escagnolle Taunay, desaparecido nesta Capital a 20 de março último. Taunay tem seu nome indissolúvelmente ligado à História do Café no Brasil. Com esse título geral escreveu alentada e documentária história do «ouro verde». Expôs quase que exaustivamente os problemas cafeeiros do Brasil Colonial, Brasil Imperial e Brasil Republicano, a tal ponto que hoje já mais alguém poderá discorrer sobre a história do café sem socorrer-se das luzes do grande morto.

Felheando sua volumosa obra deparamos com problemas de ontem que são, também, os problemas de hoje e serão os de amanhã se as autoridades responsáveis pela política da rubiácea deixarem de respeitar o gen. Café.

No volume sexto, tomo IV, pág. 142 lembra Taunay ponderações e reflexões em 1883 a propósito dos desvarios da especulação: «Logo nos primeiros dias da propagação para a organização das companhias de comércio de café, tivemos ocasião de manifestar graves recios de que essa inovação viesse produzir no Rio de Janeiro como na Holanda, no sistema dos leilões de café de Rotterdam, altas artificiais e crises incessantes, do comércio deste precioso produto».

Assimila Taunay, que a «gravíssima crise ocorrida de março a junho de 1874, no comércio cafeeiro, demonstrará que três recios eram justos e muito fundados». Quase um século depois vemos o governo brasileiro mergulhado na Bolsa de Nova York com o escopo de sustentar preços em condições artificiais.

A página 190 falando do problema da abolição e sua relação com o crédito do Brasil no exterior, acentua:

«Ao enéus dos moles, que tantos prognosticavam — promulgada a lei de 13 de maio, como que se despertara nova fé nas forças econômicas do país. Aceitava-se o fato como constitutivo de base mais sólida e permanente da futura riqueza nacional. E logo, coincidentemente, e, imediatamente, numerosas negociações; vários contratos de empresas e companhias do Brasil haviam sido entabulados ou realizados nos países da Europa, cujos capitais tinham começado a afuir em benefício do desenvolvimento do Império».

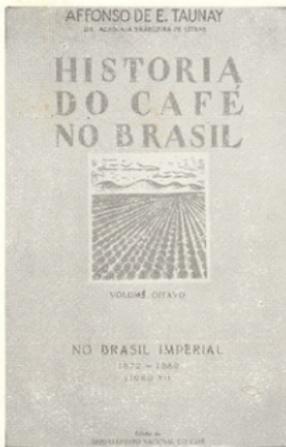
No prefácio ao volume nono, tomo I — Brasil Republicano — o autor da obra encomendada pelo Departamento Nacional do Café, observa:

«A formidável influência da cultura cafeeira sobre o progresso e a civilização brasileira de que foi o principal, o capital propulsor durante largos decênios, até os dias de hoje, fatalmente traria a aparição e o desenvolvimento de mais considerável bibliografia. A princípio restrita, tornou esta literatura, com o correr dos anos, enormes dimensões a ponto de provocar a constituição de verdadeira biblioteca qual a

que hoje existe, com centenas de obra e milhares de opúsculos redigidos em numerosas línguas».

«Campinas, até 1830 — escreveu mais adiante — apesar da excelência das terras, não passa de mediocre núcleo cafeeiro. Verdade é que o centro em pouco se desforra. E das suas fazendas se irradiam levas e levas de homens enérgicos que, espalhando-se por todo o oeste paulista, são os verdadeiros bandeirantes do café».

«O rush paulista cafeeiro apodera-se das terras ubérrimas do S. Simão, Cravinhos e Ribeirão Preto. E a infiltração se faz para uma série de distritos do Sul de Minas onde a rubiácea ainda se acha escassamente representada».



«Fae-Simil» da capa de um dos volumes da «História do Café no Brasil».

Hoje, depois desse galopante rush, no qual a onda cafeeira a tuco submergiu, vemos a volta dos cafezais aos antigos pagos. As terras de Campinas voltam a ser exploradas. Mas a cultura, agora, é racional. Exemplos como os do Antônio Bento Ferraz, Dario Meireles, Luiz Emanuel Bianchi, Mario Rolim Teles se multiplicam. Uma nova era cafeeira está surgindo nos séios do São Paulo.

Discorrendo sobre a importância ascendente de Santos como pórtico cafeeiro declara o autor das História Geral das Bandeiras Paulistas:

«Não sempre, porém, haviam sido favoráveis as épocas aos que entregavam a sorte de sua vida econômica às vicissitudes das cotões» do café, a despeito de se dava casaca tirava também a camisa, no dizer enérgico de Martinho Prado Junior. No decorrer dos anos imperiais várias crises eco-

nômicas ocorreram a algumas das muito sérias, e uma sobretudo gravíssimas».

Adiante salienta: «Os preços remuneradores, obtidos de 1887 a 1895, haviam encorajado os agricultores levando-se a empregar todos os recursos disponíveis de capital e crédito, no aumento das plantações e aquisição de novas propriedades agrícolas».

Esse fato relatado na sua simplicidade significa, que daí a quatro ou cinco anos maiores quantidades de café seriam lançadas no mercado, chegando a um ponto em que a oferta excedia à produção. Então a tendência para a baixa de preços era inevitável. O pior, porém, é que no momento em que apenas um dos produtores mantém o preço os demais expandem as suas culturas».

A pág. 210 do volume nono — tomo I — de História do Café no Brasil, informa o autor de A Glória das Monções: «As despesas em Santos e nos mercados consumidores desse a compra até a venda para o consumo, eram as seguintes: Preço da saca, impostos de 11% sobre o valor do café, despesas de embarque, comissão de exportação, corretagem, frete do vapor e seguro marítimo. Na Europa ocorreriam estes outros desembargos, armazenagem, seguro, comissão bancária, comissão de venda, corretagens, descontos, taras, etc. Todas estas despesas elevavam-se em média a 23% sobre o valor total do valor da mercadoria».

Estabelecendo-se um cálculo sobre a saca do café, à base de 100 francos por 50 quilos, ou 2 francos por quilo, valeria a saca 120 francos.

Descontando-se 23 por cento restavam 92 f. 40 que, ao câmbio de 13 1/2 cinzeiros, isto é, a \$700 o franco, dariam Rs. 64860.

Deduzindo-se daí as despesas de produção, que se elevavam a Rs. 36800, sobriava ao produtor, como remuneração do trabalho e empréstio de capital 28860 por saca de café.

As dez mil arrobas de café ou duas mil e quinhentas sacas produziam livres, para o fazendeiro, cerca de Rs. 71.700\$900 ou apenas 7% ao ano de juros do capital empregado.

Esses dados trazidos por Taunay foram reproduzidos de trabalho de Franco de Lucard, E' verdade que naquele tempo os cafezais não duravam economicamente como hoje. A produção era puramente extrativa. Não se adubava como hoje. De qualquer modo o fazendeiro que por ventura estiver lendo esta seção certamente pensará que aquelas despesas — 23% — eram nada se comparadas com os 50% de caféscio cambial de hoje em dia. Do restante 50% deverá é tirar o necessário para cobrir as despesas de custeio etc. O café é mesmo um produto milagroso... Não é de se estranhar, assim, a quantidade de lavouras disfidatárias, principalmente se considerarmos, também, o menor índice de produtividade, hoje verificado.

Não bastassem os fatores acima enumerados e ainda temos o seguinte fator desagradável, lembrado pelo autor de Na Era das Bandeiras:

«Os lavradores de café estavam expostos a prejuízos sérios e constantes, padecendo, em uma noite, perder todo o capital e trabalho de muitos anos, por efeito de uma geada».

Abriado o Capítulo XXIII do volume nono assinala:

«Devia o Brasil defender-se com todas as forças contra tal modo de ver e agir».